

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado do Maranhão Class.: 33

Data: 03/11/92 Pg.: _____

Índios e brancos entram em conflito

Depois de mais de 10 anos de briga judicial, os índios Krikatis, habitantes do sul do Maranhão, com territórios dentro dos municípios de Montes Altos, Sítio Novo e Amarantes, conseguiram do então ministro da Justiça, Célio Borja, a demarcação legal da reserva com 148 mil hectares. Mas, a decisão da justiça e a portaria ministerial ainda não estão sendo cumpridas já que dentro da reserva moram cerca de nove mil pessoas, entre famílias de lavradores e fazendeiros e um novo conflito entre brancos e índios não está descartado.

A exemplo do conflito entre

os posseiros do povoado de São Pedro dos Cacetes, no município de Barra do Corda, e os índios da reserva Cana Brava, dos índios Guajajaras, os índios Krikatis podem estourar mais um conflito com os posseiros na área, a cerca de 20 anos, e também vários latifundiários que exploram a reserva.

Tentando apresentar soluções para que não haja o enfrentamento de brancos e índios, a antropóloga do Centro Indigenista de São Paulo, Maria Elisa Ladeira, fez no último sábado, no Centro de Cultura do Trabalhador Rural de João Lisboa (Centrur)

uma paleta mostrando que a melhor solução seria a indenização das benfeitorias dos posseiros e a transferência para outra área.

Na platéia estavam representantes do Grupo de Trabalho da Amazônia, de Carajás, do Grupo de Trabalho da Amazônia-Babaçu, líderes rurais, antropólogos e pesquisadores da Ufma e depois de muita discussão sugeriram que a transferência apontada pela antropóloga paulista, aconteça desde que haja critérios para ser concretizada. Atualmente cerca de 35 por cento da reserva está ocupada por posseiros, latifundiários e até empresas possuem

terras dentro da área dos índios, com 600 ocupações levantadas pela Funai.

Para estas entidades, o Instituto de Terras do Maranhão (Iterma), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) deveriam fazer um levantamento completo da população residente da reserva. Mas a primeira barreira são os próprios posseiros que se negam a passar informações aos funcionários. Já os fazendeiros contrataram advogados para achar uma medida legal de permanecer dentro dos 148 mil hectares dos índios.